

**PROTAGONISMO JUVENIL: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES A RESPEITO DA  
FORMAÇÃO CIDADÃ E DO CONTROLE SOCIAL**

***PROTAGONISMO JUVENIL: PERCEPCIONES DE ESTUDIANTES DE  
SECUNDARIA INTEGRADOS***

***YOUTH PROTAGONISM: PERCEPTIONS OF INTEGRATED HIGH SCHOOL  
STUDENTS***



Assis Leão da SILVA  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco  
e-mail: assisleao33@gmail.com



Maria Dayana Lopes de OLIVEIRA  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco  
e-mail: dayana2804@gmail.com

| 1



**Como referenciar este artigo**

SILVA, A. L. da.; OLIVEIRA, M. D. L. de. Protagonismo Juvenil: Percepções de estudantes a respeito da formação cidadã e controle social. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. esp. 1, e021011, 2021. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v11iesp.1.16496>

**Submetido em:** 10/06/2021

**Revisões requeridas em:** 11/08/2021

**Aprovado em:** 16/09/2021

**Publicado em:** 30/10/2021

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo partilhar experiências desde as rodas, danças e brincadeiras das culturas brasileiras, reconhecendo estes lugares enquanto espaços potentes para exercitarmos um projeto de educação que valorize e reconheça diferentes saberes. Então, fundamentadas nas nossas trajetórias, experiências e em diálogo com autores e autoras construiremos os caminhos para o diálogo neste trabalho. Sabendo que aprendemos e ensinamos a todo o tempo, em diferentes espaços, e que a vida é oportunidade de compartilhar saberes e experiências, apresentamos aqui algumas reflexões desde as nossas experiências em educação envolvendo temas como a ludicidade, coletividade, relações étnico-raciais e brincadeiras. Como resultados desta trama tecida a tantas cores, desenhos e possibilidades, desejamos ampliar caminhos para que cada vez mais possamos exercer com responsabilidade nosso fazer pedagógico e que este seja pluriversal, reconhecendo e respeitando a diversidade de saberes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percepções. Ensino médio integrado. Protagonismo juvenil. Formação cidadã. Controle social.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo compartir experiencias de los círculos, danzas y juegos de las culturas brasileñas, reconociendo estos lugares como espacios de gran potencia para que ejerzamos un proyecto de educación que valora y reconoce distintos saberes. Entonces, basado en nuestras trayectorias, experiencias y en diálogo con autores y autoras, construiremos en este trabajo los caminos para el diálogo. Sabiendo que aprendemos y enseñamos todo el tiempo, en distintos espacios, y que la vida es una oportunidad de compartir saberes y experiencias, presentamos aquí algunas reflexiones de nuestras vivencias en educación involucrando temas como lo lúdico, la colectividad, las relaciones étnico-raciales y los juegos. Como resultado de esta trama tejida con tantos colores, diseños y posibilidades, deseamos ampliar los caminos para que podamos ejercer cada vez más con responsabilidad nuestro hacer pedagógico y que este sea pluriversal, reconociendo y respetando la diversidad de saberes.

**PALABRAS CLAVE:** Percepciones. Escuela secundaria integrada. Protagonismo juvenil. Educación ciudadana. Control social.

**ABSTRACT:** This article aims to share experiences from the circles, dances and games of Brazilian cultures, recognizing these places as powerful spaces for us to exercise an education project that values and recognizes different types of knowledge. So, based on our trajectories, experiences and dialogue with authors, we will build the paths for dialogue in this work. Knowing that we learn and teach all the time, in different spaces, and that life is an opportunity to share knowledge and experiences, we present here some reflections from our experiences in education involving themes such as playfulness, collectivity, ethnic-racial relations and games. As a result of this weave woven with so many colors, designs and possibilities, we want to expand paths so that we can increasingly exercise our pedagogical work with responsibility and that it is pluriversal, recognizing and respecting the diversity of knowledge.

**KEYWORDS:** Insights. Integrated high school. Youth protagonism. Citizen education. Social control.

## Introdução

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e teve o propósito de analisar as percepções dos estudantes do ensino médio integrado de uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, quanto ao protagonismo juvenil, no contexto da formação cidadã e do controle social.

No que concerne à formação cidadã, faz-se necessário destacar que esta pesquisa apresenta a temática da cidadania relacionada à participação do cidadão na vida pública. Isto posto, ressalta-se a impossibilidade de se exercer essa cidadania, sem uma educação que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme dispõe o art. 205 da nossa Constituição Federal de 1988.

Deste modo, torna-se de suma importância desenvolver nos estudantes uma postura crítica e consciente diante dos problemas da sociedade, de forma que sejam capazes de intervir e transformar a realidade que vivem, visando atender não só os seus interesses, mas também os da coletividade. Porém, antes de se chegar numa atitude transformadora, revelada por professores e estudantes, é necessária a conscientização.

Neste sentido, o esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, conforme defende Freire (1983), exige a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar e isso não pode ser de caráter individual, mas, sim, social. | 3

Partindo da concepção de que a escola é um local privilegiado de tomada de consciência, surge o desafio da implementação de uma gestão democrática, de forma que os espaços pedagógicos, sejam eles formais ou não formais, possibilitem a participação, liberdade de opinião e, conseqüentemente, o protagonismo dos estudantes.

Conforme Tavares *et al.* (2016, p. 178), “o protagonismo juvenil diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.”. Assim, os autores relatam que os jovens precisam construir sua autonomia através da prática, isto é, da situação real, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social.

É nesse aspecto que ganha destaque o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, uma vez que, conforme Frigotto (2013, [n.d.]), “No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica.”. Portanto, ao visar uma formação ampla e integral, busca-se garantir ao jovem uma formação que o faça desenvolver um senso crítico para sua atuação como cidadão.

Apresentado esse panorama, destacamos que a redação deste artigo está estruturada da seguinte forma: inicia-se com as contribuições teóricas relacionadas às categorias que embasaram todo o trabalho. Logo após, é exposto o percurso metodológico trilhado para o alcance do objetivo da pesquisa. Por fim, é apresentada a análise das entrevistas realizadas com os estudantes do ensino médio integrado, seguida das considerações finais.

### **Protagonismo Juvenil no Ensino Médio Integrado**

Os espaços pedagógicos como um todo, visando à formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, deve fomentar o engajamento social e político dos estudantes, isto é, a participação consciente e ativa na sociedade. Com isso, espera-se que eles se tornem capazes de atuar diante dos problemas sociais em vista de solucioná-los.

Assim, Gadotti (1993) ressalta a necessidade de se criar situações que facilitem verdadeiras aprendizagens, tomadas de consciência, construção de valores. O autor destaca que a educação para a cidadania não pode ser limitada a uma grade horária, ou seja, não é inculcar um modelo para que os alunos o levem pela vida afora, ela deve ser colocada em prática no ambiente escolar.

Deste modo, as escolas precisam criar espaços de participação dos alunos dentro e fora da sala de aula em que exercitem a cidadania crítica. Libâneo (1998) defende a ideia de algo organizado, orientado pela escola, de forma que os alunos possam praticar democracia, iniciativa, liderança, responsabilidade.

A esse respeito, Gadotti (2014, p. 4) apresenta que “Nos formamos para a participação participando, enfrentando os desafios técnicos e políticos da participação. A participação é conquista político-pedagógica.”. Portanto, deve-se promover a organização do espaço pedagógico de modo a possibilitar a efetiva participação dos estudantes, uma vez que, através disso, eles podem desenvolver uma consciência crítica sobre o papel que ocupam na sociedade.

Ainda, conforme Gadotti (2014), a participação popular se caracteriza por uma dimensão pedagógica, isto é, formar para o exercício da cidadania ativa, mas também tem uma função política, que é intervir na tomada de decisões políticas. Com isso, o autor defende que formar para a cidadania é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país.

Em vista do que foi exposto, é preciso entender como o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional contribui nesse processo de formação, de modo que o estudante possa exercer criticamente a sua cidadania. Primeiramente, é importante destacar que a Educação

Profissional no Brasil esteve por muito tempo dissociada de uma formação crítica e efetivamente cidadã, uma vez que o objetivo da classe dominante é apenas formar para atender às demandas do mercado de trabalho.

Conforme defende Frigotto (2013), o Ensino Médio unido à formação técnica e profissional trata-se de duplo passaporte à cidadania efetiva, no plano político, social e econômico, por meio do acesso qualificado ao mundo da produção.

Cidadania política significa ter os instrumentos de leitura da realidade social que permitam ao jovem e ao adulto reconhecer seus direitos básicos, sociais e subjetivos e lhes confirmam a capacidade de organização para poder fruí-los. No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais [...] (FRIGOTTO, 2013, [n.d.], grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2011, p. 29) ressalta: “o que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível”.

Ainda, conforme Ciavatta (2005, p. 85), “o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Diante disso, torna-se essencial que o ambiente acadêmico possibilite plena formação cidadã articulada aos interesses da juventude, uma vez que, conforme observado por Dayrell, Leão e Reis (2007), a condição de aluno é uma alternativa que poderá ser ou não incorporada pelo jovem. Assim, implicações nas relações da escola com o jovem estudante, por exemplo, refletem a ausência de canais de escuta como um dos fatores do distanciamento entre eles.

A esse respeito, Carrano e Martins (2011) relatam a necessidade da instituição escolar e de seus professores abrirem espaços de escuta para compreensão das identidades e comportamentos da juventude. “Através da elaboração de linguagens em comum, a escola pode recuperar seu prestígio entre os jovens, bem como o prazer deles estarem em um lugar que podem chamar de seu na medida em que são reconhecidos como sujeitos produtores de cultura” (CARRANO; MARTINS, 2011, p. 54).

Dayrell, Gomes e Leão (2010) relatam a falta de sensibilidade do mundo adulto e suas instituições em criar espaços institucionais, além da escola, que motivem a participação dos

jovens e o desenvolvimento de valores democráticos. Com isso, os autores defendem que a escola é um dos espaços privilegiados para o processo de aprendizagem de formas e mecanismos de participação, o que pode levar os jovens a acreditar nos possíveis resultados de uma ação coletiva.

Nesse contexto, conforme Martins e Dayrell (2013), o grêmio se apresenta como um espaço educativo, para além da sala de aula, com um potencial formativo diretamente ligado à prática. Também, os autores relatam que “A atuação no grêmio está ligada ao exercício do poder de representar. Juntamente a essa atuação, advêm as consequências desse exercício participativo.” (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1274).

Além disso, Schwertner e Fischer (2012) ao falar sobre protagonismo juvenil, destaca a participação efetiva dos jovens nas instituições e nos movimentos sociais, na escola, na família, nas próprias mídias, no trabalho. Dessa forma, torna-se extremamente importante depositar um olhar sobre os jovens como atores e não como simples reprodutores daquilo que vivenciam e experimentam.

No que se referem às políticas públicas destinadas aos jovens na última década, Carrano (2012) descreve que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se considerava ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apresentassem seus anseios.

Interessante notar que, conforme Dayrell (2003), o jovem é normalmente visto na sua condição de transitoriedade, no que ele será no futuro, esquecendo-se de valorizar o presente vivido, que é o espaço de sua formação. Nessa perspectiva, Carrano e Martins (2011) apresentam que ao pensarmos no jovem como a possibilidade de um futuro melhor, esquecemos das oportunidades de a juventude se reconhecer como potencialidade concreta de mudança no tempo presente.

Nesse mesmo entendimento, Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016, p. 119) defendem que “[...] os jovens têm potencial para exercer protagonismo, a exemplo dos movimentos culturais de periferia, ou ainda dos movimentos coletivos organizados, na reivindicação de direitos sociais e políticos, em seus diferentes territórios.”.

Assim, de acordo com Santiago, Nascimento e Moreira (2016), quanto à participação dos jovens nas instâncias políticas e sociais na atualidade, ecoa no discurso social a construção e legitimação de um significado mais negativo do que positivo, tratando a juventude como desinteressada. No entanto, percebe-se que o desinteresse dos jovens, muitas vezes, resulta da ausência de oportunidade e de formação política.

Portanto, os anseios da juventude precisam fazer parte da realidade estudantil. Para

tanto, torna-se essencial criar espaços de participação onde os jovens sejam consultados e escutados para que suas necessidades sejam atendidas. Dessa forma, o ambiente acadêmico se tornará um espaço de formação de cidadãos críticos, onde podem exercitar a cidadania e, conseqüentemente, fortalecer a democracia.

Em decorrência do que foi apresentado, importa destacar que o protagonismo juvenil está ligado ao controle social, uma vez que é de suma importância conscientizar o jovem quanto aos benefícios de sua participação na fiscalização, no monitoramento e no controle da gestão pública.

Assim, possibilitado por um governo democrático, a participação dos cidadãos no exercício do controle social é essencial para que a administração atue de forma mais eficiente. Todavia, para que isso ocorra além da conscientização, é preciso criar e dar ampla divulgação dos instrumentos de participação social.

Nessa perspectiva Lima (2007, p. 18) afirma: “Transparência e participação na gestão pública são fatores determinantes para o controle efetivo da sociedade sobre a gestão pública”. Além disso, a formação cidadã é fundamental para a efetivação do controle social. Assim, Torres (2001, p. 183) ratifica:

A noção de democracia acarreta a noção de cidadania democrática, onde os agentes são responsáveis e aptos a participar, escolhem seus representantes e fiscalizam seu desempenho. Estas não são apenas práticas políticas, mas também pedagógicas, uma vez que a construção do cidadão democrático implica a construção de um sujeito pedagógico. Por natureza, os indivíduos não estão prontos para participar da política. Eles têm de ser educados de diversas maneiras em democracia política, aí incluídas a fundamentação normativa, a conduta ética, o conhecimento do processo democrático e o desempenho técnico.

De forma semelhante, Moreira Neto (2004, p. 83) reafirma: “Com efeito, a vitalidade do controle social depende sobretudo da educação do cidadão para a democracia”. Assim, o autor ressalta a importância de uma educação voltada à consciência da república e do dever que todos têm de zelar pela correta destinação dos recursos públicos.

De acordo com Gadotti (2014), ao se criar mecanismos de participação popular e de controle social das políticas públicas de educação, é de suma importância criar, simultaneamente, as condições de participação. Assim o autor enfatiza: “Não se deve convocar para a participação popular em locais e horários inadequados, sem estrutura, sem preparação e sem organização” (GADOTTI, 2014, p. 4).

Gadotti, no mesmo artigo, ressalta que “Uma verdadeira democracia deve facilitar a seus cidadãos a informação necessária para a defesa de seus direitos e a participação na

conquista de novos direitos. Numa visão transformadora, a participação popular objetiva a construção de uma nova sociedade, mais justa e solidária.” (GADOTTI, 2014, p. 9).

Ademais, em concordância com Gadotti, é preciso explorar, especialmente entre os jovens, o grande potencial de participação possibilitado pela tecnologia, como por exemplo, ferramentas gratuitas que permitem realizar encontros virtuais, fóruns de discussões, fazer consultas e enquetes. “Elas não facilitam só a comunicação e a informação, mas, igualmente, a gestão democrática, a participação social e popular.” (GADOTTI, 2014, p. 19).

Em decorrência de tudo que foi abordado, vale destacar que as ações pedagógicas devem contribuir para desenvolver no estudante uma postura crítica diante da sociedade em que vive. Pois, “[...] o conteúdo ganha sentido em razão da relação que se estabelece entre o que é ensinado/aprendido e o conhecimento situado numa dada realidade” (MOURA, 2007, p. 25).

### **Percurso Metodológico**

Este artigo possui abordagem qualitativa, pois, segundo Minayo (2009, p. 21), este tipo de abordagem “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes”. Para a autora, esses fenômenos humanos fazem parte da realidade social, pois o ser humano se distingue por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Quanto ao tipo, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que, conforme Gil (2008), é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato. Ainda, consoante o referido autor, “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que, conforme Minayo (2009), podem oferecer ao pesquisador informações oriundas do diálogo com o entrevistado, com base na percepção do próprio entrevistado sobre seu contexto real.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados cinco alunos, dois do sexo masculino e três do sexo feminino, regularmente matriculados no Ensino Médio Integrado de um campus de um Instituto da Rede Federal de Educação Profissional. A idade dos entrevistados variou entre 15 e 18 anos. Quanto à cor, quatro se consideraram pardos e apenas um branco. Dos cinco estudantes, dois frequentaram o Ensino Fundamental todo em escola particular e os demais frequentaram parte em escola particular e parte em pública.

Assim, a pesquisa contou com os estudantes que, por demanda espontânea, concordaram

em participar da entrevista. Neste caso, os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os menores de idade. Sendo que para esses últimos, foi solicitada, primeiramente, à autorização dos pais/responsáveis, por meio da assinatura do TCLE.

Conforme estabelecido no TCLE ou TALE, os entrevistados tiveram suas identidades preservadas e, por isso, nos trechos de suas falas eles foram identificados por letras do alfabeto, da seguinte forma: Estudante A Estudante B, Estudante C, Estudante D e Estudante E.

A quantidade de estudantes foi baseada no ponto de saturação teórica, ou seja, fase em que o pesquisador, ao observar os dados colhidos, constata que não surgem fatos novos e que os conceitos da teoria estão adequadamente desenvolvidos (RIBEIRO; SOUZA; LOBÃO, 2018).

As entrevistas foram realizadas nos dias 28 e 29 de maio de 2020, utilizando-se da plataforma gratuita de videoconferência Google Meet, na qual foi possível fazer a gravação para posterior transcrição das respostas. Importa destacar que o trabalho foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), obtendo aprovação no dia 20/12/2019, conforme Parecer Consubstanciado do CEP nº 3.787.353.

O tratamento dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas foi realizado a partir da análise de conteúdo sugerida por Bardin (2011). Deste modo, foi utilizada a análise temática que, de acordo com o referido autor, é o elemento de significação que está presente na comunicação e que confere algum significado ao objeto da pesquisa.

Conforme Bardin (2011), as fases da análise de conteúdo são três: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase de exploração do material os dados são transformados em categorias de análise. Em face disso, de posse das respostas das entrevistas realizadas, as categorias foram agrupadas em subcategorias, como forma de auxiliar as análises a serem efetuadas.

Definidas as subcategorias, foram identificados os núcleos temáticos que mais se repetiam nas falas dos estudantes. A partir disso, tendo em vista o objetivo proposto, foi possível analisar as percepções dos entrevistados e relacioná-las com as contribuições teóricas apontadas para as categorias em destaque.

## Percepções dos Estudantes do Ensino Médio Integrado

Primeiramente, no que concerne à relação do Ensino Médio Integrado e a formação cidadã, os estudantes foram questionados se os espaços acadêmicos da instituição pesquisada contribuíam para a formação cidadã. Nessa perspectiva, foi identificado o seguinte núcleo temático:

**Quadro 1** – Percepções sobre formação cidadã

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Núcleo Temático Identificado nas Falas dos Estudantes</b>
Formação Cidadã	Desenvolvimento do senso crítico	- Discussões sobre problemas sociais.

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos estudantes entrevistados relatou que a formação cidadã ocorre mais fora de sala de aula, por meio de projetos de extensão que promovem discussões sobre problemas sociais. Participando de momentos como, por exemplo, palestras e filmes, os discentes puderam desenvolver um pensamento crítico sobre diversos temas. | 10

[...] o campus propõe alguns momentos socioculturais que desenvolvem a questão crítica, mas infelizmente muitos estudantes não sabem aproveitar. Esses momentos podem fortalecer mais ainda as suas opiniões, pois não dá pra eu falar uma coisa se eu não tenho domínio sobre a cultura, os costumes, etc. São atividades de extensão que os estudantes não são obrigados a participar [...] (ESTUDANTE A).

[...] Tem um projeto de extensão do campus que é o Cine Carimã, ele traz filmes e documentários que abordam assuntos que atualmente estão super em alta, como a questão da corrupção, crimes contra a mulher e outros. Isso ajuda na formação cidadã e é trabalhado totalmente fora da sala de aula (ESTUDANTE B).

Acho que sim, os estudantes desenvolvem senso crítico porque tem muitas palestras no IF, sobre diversos temas e quando os alunos têm acesso a isso, eles chegam a discutir e acabam criando um senso crítico para julgar o assunto discutido fora do IF. Isso acontece mais fora da sala de aula (ESTUDANTE D).

As respostas dos estudantes refletem o entendimento de Gadotti (1993) quanto à necessidade de se criar situações que facilitem verdadeiras aprendizagens, tomadas de consciência e construção de valores. Deste modo, ainda de acordo com o referido autor, a educação para a cidadania não pode ser limitada a uma grade horária, ela deve ser colocada em

prática no ambiente escolar.

Interessante notar que quanto à formação cidadã, relacionada à participação do cidadão na gestão pública, apenas um estudante comentou a respeito:

[...] Na questão de formação política o campus não ajuda tanto, alguns professores, em específico, às vezes paravam a aula e explicavam como funcionava não só a questão política do campus, mas também no geral, explicava, por exemplo: é assim que funciona o senado, é assim que funcionam os deputados, o presidente... Isso é uma coisa que eu senti falta, porque em particular eu não gosto de política, é uma área que todo brasileiro tem que participar ativamente, mas eu não gosto, sei só o que preciso saber, o básico, mas o que sei foi a partir de pesquisas individuais. Acredito que o campus e todas as redes de educação deveriam ter educação política, porque iria auxiliar muito tanto nas eleições internas do próprio campus quanto nas eleições externas, porque muitas vezes o pessoal simplesmente vota por interesses pessoais (ESTUDANTE A).

Na fala desse estudante, percebe-se que o desinteresse dos jovens em participar da gestão pública muitas vezes resulta da falta de formação política. Diante disso, reforça-se a necessidade de uma educação que prepare o indivíduo para exercer de modo efetivo os seus direitos políticos, que estão para além de votar e ser votado. Nesse sentido, ratifica-se o que Ciavatta (2005, p. 85) apresenta: “o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.”

Ainda no contexto da formação cidadã, os estudantes foram questionados sobre a participação deles nas decisões tomadas pelos gestores da instituição pesquisada, bem como sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens para exercerem protagonismo na sociedade. Partindo das respostas obtidas, foram identificados os seguintes núcleos temáticos:

**Quadro 2 – Percepções sobre protagonismo juvenil**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes</b>
Protagonismo Juvenil	Participação dos estudantes nas decisões do <i>campus</i>	- Ausência de espaço formal de escuta; - Sugestões de melhoria; - Grêmios estudantis.
	Dificuldades enfrentadas pelos jovens para serem escutados	- Comportamento inadequado de alguns alunos; - Preconceitos; - Falta de oportunidade.

Fonte: Elaboração própria

Primeiramente, foi constatado, de um modo geral, que os estudantes sentem falta, na instituição pesquisada, de um espaço formal para apresentar suas opiniões e anseios.

[...] No campus há a escuta dos estudantes, realmente quando a gente quer falar, eles dão oportunidade, mas se realmente todas as vezes que a gente fala eles escutam é outros quinhentos. [...] No nosso protagonismo, a gente tem alguns momentos de fala, infelizmente nem todos são em reuniões, não tem, por exemplo, um momento onde falam: - vamos juntos todo mundo e vamos conversar sobre o que vocês querem de melhoria? Tanto é verdade que o único momento que participei foi durante a chegada da Reitora no campus, eu lembro que eu comentei pra ela sobre os problemas dos laboratórios [...]. As conversas que tive com servidores sobre as melhorias para o campus foram só informalmente. Nunca fizemos as demandas de melhoria por escrito, só em conversas informais. [...] Desejo que os estudantes tenham oportunidade de falar, para que ocorra o diálogo. Uma oportunidade de falar formalmente (ESTUDANTE A).

Eles deveriam abrir espaço de escuta para os estudantes. Quando estamos falando do IF, estamos falando de um órgão que serve para nós, alunos, e serve para a comunidade fora do campus. Por isso acho que deveria haver uma política, uma assembleia, até algum meio de comunicação digital, que hoje em dia tem tantos, tipo um formulário no Google, que estivesse sempre aberto para sugestão, para crítica, para novas ideias. Nós temos alta tecnologia que deveria ser utilizada, já que o IF é um Instituto de Educação e Tecnologia, então a gente tem meios para isso e não são utilizados (ESTUDANTE B).

| 12

As falas destes estudantes reforçam o entendimento de Carrano e Martins (2011) quando relatam a necessidade da instituição escolar e de seus professores abrirem espaços de escuta para compreensão das identidades e comportamentos da juventude. Nessa perspectiva, Carrano (2012) relata que as políticas públicas destinadas aos jovens, na última década, se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se considerava ser as necessidades dos jovens, e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apresentassem seus anseios.

Ademais, a fala do Estudante B, especialmente ao comentar sobre a utilização da tecnologia para facilitar a escuta dos estudantes, corrobora a compreensão de Gadotti (2014) de que é preciso explorar, especialmente entre os jovens, o grande potencial de participação possibilitado pela tecnologia, como por exemplo, ferramentas gratuitas que permitem realizar encontros virtuais, fóruns de discussões, fazer consultas e enquetes.

Em continuidade, os estudantes, quando questionados sobre os efeitos positivos da participação, relataram que os alunos têm muitas sugestões de melhorias, conforme falas a seguir:

[...] Têm muitos alunos dentro do Instituto que têm ideias maravilhosas, eu tive oportunidade de conversar com alguns colegas e perguntar: - Se você

tivesse a oportunidade de melhorar alguma coisa no campus o que você melhoraria?- A maioria sempre dizia a mesma coisa, a primeira coisa que gostaria de fazer era um local de lazer pros alunos, que realmente é algo que a gente não tem. O único lugar que temos para sentar, descansar, sair do sol, é a biblioteca, mas a biblioteca é um local cheio de regras, não pode conversar, brincar. [...] (ESTUDANTE A).

Nós temos várias opiniões de como melhorar o campus, precisamos ser ouvidos (ESTUDANTE C).

Sim, a participação gera efeitos positivos, porque eu acho que se a escola desse mais oportunidade pros jovens darem a opinião deles sobre as coisas que acontecem dentro do IF, eu acho que seriam várias ideias ótimas, porque os jovens têm a mente muito aberta pra essas coisas, mas nem todos têm a oportunidade de falar (ESTUDANTE D).

[...] Sim, a participação do aluno seria de muita ajuda, porque, querendo ou não, quem usa a maior parte do tempo os espaços do campus é a gente, aluno, o diretor fica lá na sala dele e cada um na sua sala e a gente que fica lá, quem sabe o que precisa melhorar (ESTUDANTE E).

Nessa perspectiva, as falas dos estudantes ressaltam a necessidade de olharmos para o potencial dos jovens no agora, pois, de acordo com Carrano e Martins (2011), ao pensarmos no jovem como a possibilidade de um futuro melhor, esquecemo-nos das oportunidades de a juventude se reconhecer como potencialidade concreta de mudança no tempo presente.

| 13

Ademais, quando alguns estudantes relataram sobre o grêmio estudantil da Unidade, percebeu-se que esse movimento estudantil não corresponde às expectativas esperadas, especialmente quanto à representação, como é possível verificar nas falas a seguir:

Não necessariamente há a participação. Mas é a primeira vez que vejo o estudo e a política andando juntos no mesmo local, numa escola particular não se tem política. Mesmo tendo um grupo de alunos que representa a voz do estudante, que é o grêmio estudantil, eu ainda sinto a necessidade de ter uma interação maior, porque hoje em dia o que eu vejo no campus é a Direção totalmente longe do estudante, na prática a gente tem acesso de chegar até lá, mas eles não têm acesso de chegar até a gente. O único meio é pelo grêmio estudantil que não é tão eficaz, faltam políticas para que esse grêmio se torne eficaz e por isso deixa muito a desejar (ESTUDANTE B).

Esse ano mudou o grêmio, mas assim que eu entrei no campus tinha outro grêmio que não comunicava nada, ia pra reunião e não repassava nada pra gente, não procurava saber a opinião da gente, se a gente concordava ou não, fazia por conta própria. A gente não pode avaliar o novo grêmio, por conta do que está acontecendo, mas eu acho que eles repassariam, porque uma boa parte do que eles estão fazendo, eles informam, procuram a gente pra saber se tá tendo alguma dificuldade para repassar pra gestão. Acho que a dificuldade maior é a falta de comunicação do grêmio com a gestão (ESTUDANTE E).

A partir da fala desses estudantes, convém destacar a importância do fortalecimento do

papel do grêmio estudantil, pois, conforme Martins e Dayrell (2013), o grêmio se apresenta como um espaço educativo, para além da sala de aula, com um potencial formativo diretamente ligado à prática. Além disso, os autores relatam que “A atuação no grêmio está ligada ao exercício do poder de representar. Juntamente a essa atuação, advêm as consequências desse exercício participativo.” (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1274).

Por fim, ainda quanto ao protagonismo juvenil, os estudantes apresentaram o que consideravam como as maiores dificuldades encontradas pelos jovens para serem escutados, conforme comentários a seguir:

Muitas vezes os próprios alunos tiram nossa credibilidade, às vezes a gente não tem tanta moral pra se falar por causa de outros alunos que, infelizmente, vão para brincar, vandalizar e depredar o patrimônio público. [...] Aí os alunos que fazem da biblioteca um espaço de lazer, quebrando as regras, sujam o nome dos que estão tentando buscar alguma coisa positiva. Já me falaram assim: - ‘você quer um local de lazer, mas você não vai tomar conta, porque eu tiro pela biblioteca, um monte de cadeira quebrada, mesas bagunçadas, sujeira’. Infelizmente como diz o ditado: por causa de um todos pagam (ESTUDANTE A).

Preconceitos de classe social, pois uma pessoa que tem uma renda maior, muitas das vezes ela é mais ouvida do que uma pessoa que tem renda menor. Preconceito de cor: um branco, com certeza, será mais escutado do que uma pessoa negra ou parda. Também tem a questão da educação, as pessoas que não são alfabetizadas e têm dificuldades para falar. Quando se trata de instituto que é um espaço formal que exige palavras técnicas e que exige conhecimentos e isso muitos estudantes não têm (ESTUDANTE B).

Nós temos várias opiniões de como melhorar o campus, mas nessa situação nós não somos escutados, nunca nos perguntaram a respeito (ESTUDANTE C).

Falta de oportunidade (ESTUDANTE D).

Dentre as falas dos estudantes, chamou-nos a atenção o relato do Estudante B, uma vez que trouxe a realidade da juventude pobre e negra. Tal realidade nos faz refletir os desafios que esses jovens enfrentam diariamente e a importância da educação em todas essas situações como forma de superação e transformação de suas realidades, uma vez que a educação propicia e potencializa a garantia de todos os direitos.

Ainda, no contexto do protagonismo juvenil, os estudantes foram questionados sobre a temática do controle social. Partindo das respostas obtidas, foram identificados os seguintes núcleos temáticos:

### Quadro 3 – Percepções sobre o controle social

Categoria	Subcategoria	Núcleos Temáticos Identificados nas Falas dos Estudantes
Controle Social	Dificuldades enfrentadas para exercer o controle social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de oportunidade;</li> <li>- Falta de conhecimento;</li> <li>- Falta de interesse;</li> <li>- Dificuldade de compreensão das informações;</li> <li>- Falta de comunicação.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

No que concerne às dificuldades enfrentadas pelos jovens para efetuar o controle social sobre as decisões e ações realizadas pelos gestores públicos, foram apresentadas as seguintes repostas:

Além da **falta de oportunidade**, a **falta de conhecimento** (ESTUDANTE A, grifos nossos).

**Falta de interesse**, é um assunto sério, estamos falando de informações públicas, em muita gente ao meu redor falta o interesse e, quem tem interesse, eu me incluo aqui, tem a questão de, por exemplo, você abre uma portaria tem várias coisas, eu não estou entendendo e não vou ter interesse de continuar lendo, a pessoa volta atrás. **A linguagem precisa ser flexível** para que todos entendam. **Se eu não consigo entender, eu perco o interesse**, perco o gosto (ESTUDANTE B, grifos nossos).

15

**Não entender, não ter interesse**. Se os jovens tivessem esse interesse seria bem melhor, porque tem várias opiniões diferentes, que podem ajudar nas mudanças (ESTUDANTE C, grifo nosso).

Eu acho que é a **falta de conhecimento** e também a **falta de interesse** (ESTUDANTE D, grifos nossos).

É **falta de interesse** e, também, **muitos não sabem**, eu acho que precisa mais debater com a gente em sala de aula, explicar que existe a informação, que a gente pode controlar, vê como tá sendo usado o dinheiro público, então é **falta de comunicação** também (ESTUDANTE E, grifos nossos).

Em análise as falas dos estudantes, percebe-se que a dificuldade de compreensão das informações gera o desinteresse por parte dos jovens em exercer o controle social, como relatou o Estudante B: “Se eu não consigo entender, eu perco o interesse.”. Dessa forma, entende-se que o desinteresse dos jovens em participar da gestão pública muitas vezes resulta da falta dessa formação.

Nesse contexto, o Estudante E apontou a necessidade de conhecimento sobre o assunto, ao afirmar: “[...] eu acho que precisa mais debater com a gente em sala de aula, explicar que existe a informação, que a gente pode controlar, vê como tá sendo usado o dinheiro público

[...].” A fala desse estudante reforça o entendimento de Moreira Neto (2004) sobre a importância de uma educação voltada à consciência da república e do dever que todos têm de zelar pela correta destinação dos recursos públicos.

Portanto, a partir dos relatos dos estudantes que apresentaram além de suas opiniões, suas experiências e desejos, percebe-se, de um modo geral, que os jovens estudantes têm vontade e potencial para participar da gestão pública, mas falta oportunidade e conhecimento de como participar.

Ademais, a ausência de espaço formal de escuta, conforme identificado nas respostas dos estudantes, evidenciou a necessidade de melhorar a organização do espaço pedagógico de modo que os estudantes possam participar efetivamente dos processos decisórios e assim obter resultados mais coerentes com suas necessidades.

Por fim, ressalta-se a importância da escuta dos estudantes de forma que eles possam, conforme Libâneo (1998) praticar democracia, iniciativa e responsabilidade. Agindo assim, de acordo com Pacheco (2011), os Institutos Federais irão cumprir seu papel na formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível.

| 16

### Considerações finais

Em decorrência do que fora apresentado, ratifica-se a importância do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, especialmente por priorizar uma formação ampla e integral que dê liberdade de escolha aos estudantes e que os prepare para agir como cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação da sociedade.

As entrevistas realizadas com os cinco estudantes contribuíram significativamente com a pesquisa, uma vez que foi possível coletar informações relevantes, analisar as percepções sobre as temáticas abordadas e confirmar o entendimento de autores citados no referencial teórico.

As respostas demonstraram que os jovens estudantes têm vontade e potencial para participar da gestão pública, mas falta oportunidade e conhecimento de como participar. Além disso, a constatação da ausência de espaço formal de escuta evidenciou a necessidade de se promover ações pedagógicas que possibilitem a efetiva participação dos estudantes nos processos decisórios, de modo a obter resultados mais coerentes com suas necessidades.

Ainda, verificou-se a necessidade de promover ações com vistas a superar as

dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessarem, compreenderem e utilizarem a informação pública, de forma que eles possam exercer protagonismo na sociedade. Deste modo, espera-se que os jovens tenham conhecimento das ferramentas disponíveis de participação na gestão pública e, assim, consigam de fato exercer o controle social, contribuindo para a correta e eficiente utilização dos recursos públicos.

Diante disso, entende-se que o preparo para o exercício da cidadania se concretiza por meio de uma gestão democrática que garanta a efetiva participação dos jovens estudantes no processo decisório. Essa questão baseia-se no entendimento de que os jovens serão motivados a colaborar quando se sentirem responsáveis pelas decisões que os afetam e ao verem na prática os benefícios dessa atuação.

Ademais, é importante que no planejamento pedagógico seja considerado o potencial de participação possibilitado pelos avanços da tecnologia e da comunicação. A esse respeito, observa-se que os jovens embora estejam muito conectados à tecnologia, nem sempre estão devidamente cientes das possibilidades que esta ferramenta apresenta. Por isso, é preciso, na perspectiva da formação para a cidadania, incentivar os jovens a utilizarem os recursos de acesso à informação para atuarem na gestão pública, sugerindo melhorias e exercendo importante papel fiscalizatório. | 17

Também, destaca-se que a motivação para que os jovens estudantes exerçam o protagonismo e controle social requer, além da conscientização quanto à importância e seus benefícios, que as informações sejam compreensíveis para o público juvenil e que seja dada ampla divulgação dos instrumentos de participação social. Assim, ao enxergarmos os jovens como agentes transformadores, reconhecemos que eles são capazes de reivindicar seus direitos e intervir na realidade para o bem comum.

Logo, depreende-se que a formação cidadã oferece os meios para que o jovem desenvolva um pensamento crítico e possa atuar ativamente na sociedade, com o objetivo de transformá-la. É nesse aspecto que se materializam os objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, uma vez que se prioriza uma formação emancipatória, com vistas à formação integral do ser humano.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CARRANO, P.; MARTINS, C. H. S. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 07-22, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CASTRO, M. G.; VASCONCELOS, A. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRA-MOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: Outros olhares sobre a diversidade**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24. set./dez. 2003.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3rBtV9HvsS3RhdQRgTXV67S/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2020.

DAYRELL, J.; LEÃO, G.; REIS, J. B. Juventude, pobreza, e ações sócio-educativas no Brasil. In: SPOSITO, M. P. (org.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007. p. 47-82.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, G. Ensino Médio e técnico profissional: Disputa de concepções e precariedade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 68, mar. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ensino-medio-e-tecnico-profissional-disputa-de-concepcoes-e-precariedade/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: [http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti\\_final.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S. Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às trans- formações do mundo contemporâneo. Entrevista concedida ao Prof. Nivaldo A. N. David, em Goiânia, em 16 de dezembro de 1997. **Revista Pensar a Prática**, v. 1, p. 1-21, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/feff/article/view/8/2613>. Acesso em: 1 maio 2019.

LIMA, L. H. **Controle externo**: Teoria, jurisprudência e questões de concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. (Coleção Provas e Concursos)

MINAYO, M. C. S. *et al.* (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA NETO, D. F. O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos tribunais de contas. In: SOUZA, A. J. *et al.* **O novo tribunal de contas**: Órgão protetor dos direitos fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnologia: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 2, 2007.

PACHECO, E. **Institutos federais**: Uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F. N.; LOBÃO, C. Saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados? **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. iii-vii, abr. 2018. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/213/111>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SANTIAGO, I. M. F. L.; NASCIMENTO, J. B.; MOREIRA, O. L. (org.). **Gênero, participação política e novas sociabilidades da juventude**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2016. 95 p.

SCHWERTNER, S. F.; FISCHER, R. M. B. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p. 395-420, mar. 2012. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2FS0102-46982012000100017>. Acesso em: 6 jan. 2019.

TAVARES, A. M. B. N. *et al.* Educação profissional e currículo integrado a partir de eixos estruturantes no ensino médio. In: MOURA, D. H. (org.). **Educação profissional**: Desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. p. 169-186.

TORRES, C. A. **Democracia, educação e multiculturalismo**: Dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

## Sobre os autores

### **Assis Leão da SILVA**

Docente e Pró-reitor de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

### **Maria Dayana Lopes de OLIVEIRA**

Auditora Interna do Instituto Federal de Pernambuco. Campus de Barreiros- PE.

**Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Correção, formatação, normalização e tradução.

